



REVISTA
Casa da

ISSN 1516-7712

GEOGRAFIA
de Sobral

MARCAS DO ABANDONO: O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO AYRES DE SOUZA, JAIBARAS – CEARÁ

Abandon Brands: The Case of the Irrigation Perimeter Ayres de Souza, Jaibaras – Ceará

Marcas Del Abandono: El Caso Del Perimetro Irrigado Ayres de Souza, Jaibaras- Ceará

Maria Erileuda Brito Teixeira*
Aldiva Sales Diniz**

RESUMO

O Perímetro Irrigado Ayres de Souza construído na década de 1970 sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), que, naquele momento, visava beneficiar a pequena produção, vivenciou períodos de elevada produção, equipamentos tecnológicos, agricultura irrigada, apoio técnico, contando com toda uma infraestrutura que, de uma hora para outra, viu-se abandonada. Embora passando pelo processo de visível abandono, principalmente no que diz respeito à assistência técnica e ao crédito, notamos sua presença através das cooperativas e, assim, percebemos que continua intervindo na vida dos irrigantes. Contudo, impondo certas regras e limites, pois mantêm-se distante quaisquer melhorias desses espaços, o mesmo estando sucateado e abandonado. Este artigo busca, portanto, estudar esse território e entender os processos que levaram ao abandono do Estado, visto que este não somente fez grandes investimentos nos demais perímetros, como também constrói novos. Para tanto, realizaremos visitas de observação em campo, entrevistas e aplicação de questionários. Apoiaremos-nos nas falas dos sujeitos ali envolvidos e na observação mais aproximada daquela realidade, para o melhor desenvolvimento e maior compreensão da temática.

Palavras-chave: Perímetro Irrigado. Estado. Território.

ABSTRACT

The Irrigated Perimeter Ayres de Souza built in the 70s under the responsibility of the National Department of Works against Drought (DNOCS), which in that time aimed to benefit small production, it experienced periods of high production, technological equipment, irrigated agriculture, technical support, with an entire infrastructure and all of a sudden, it was abandoned. While going through the visible abandonment process, mainly with regard to technical assistance and to credit but on the other hand we noticed its presence through cooperatives and so continues intervening in the lives of irrigation, by imposing certain rules and customs, and to keep far from any improvement of these spaces, since it is scrapped, abandoned, where the lack of infrastructure is visible. Therefore, this article seeks to study this territory and to understand the processes that led the State's neglect, which made large investments in other perimeters, as well as build new ones. Therefore, we will do visits observation in field, interviews and questionnaires. We will support ourselves in the subjects speeches involved here and in the observation more closely of this reality, for better development and greater subject's understanding.

Keywords: Irrigated Perimeter. State. Territory.

RESUMEN

(*) Mestranda do curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: erileudatexeira@gmail.com

(**) Orientadora Profa. do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: aldivadiniz@gmail.com



El perímetro regadío Ayres de Souza fue construido en la década de 1970 bajo la responsabilidad del Departamento Nacional de Obras contra la sequía (DNOCS), que esta vez estaba determinado en beneficiar a la pequeña producción, vividos por períodos de alta producción, equipamiento tecnológicos, la agricultura regadía, apoyo técnico, teniendo en cuenta toda la infraestructura y de repente estaba todo abandonado. Aunque pasando por el proceso de visible abandono, sobre todo en lo que respecta a la asistencia técnica y al crédito, pero por otra parte se nos dio cuenta de su presencia a través de las cooperativas y así continúa interviniendo en la vida de los irrigadores, mediante a imposiciones de ciertas reglas y costumbres, allá de mantenerse alejados de cualquier mejora de esos espacios, ya que está chatarreado, abandonado, donde es visible la ausencia de una infraestructura. Por lo tanto, este artículo busca estudiar ese territorio y entender los procesos que llevaron al abandono del Estado, ya que este, no sólo hizo grandes invertidas en otros perímetros como también construye nuevos. Por lo tanto, realizaremos visitas de observación en campo, encuestas y aplicaciones de cuestionarios. Nos apoyaremos en las declaraciones de los ciudadanos envueltos y en la observación más cercana de aquella realidad, para un mejor desarrollo y mayor comprensión del tema.

Palabras-clave: Regadío Perímetro, Estado, Territorio.

1. INTRODUÇÃO

Os mecanismos de intervenção do Estado na Região Nordeste são complexos, excludentes e seletivos, desde a criação do IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), instituída em 1909 e, em 1945, transformada em DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), sua ação consistia basicamente em amenizar as consequências da seca sob a forma de proteção hídrica, a qual teve resultados meramente assistencialistas e servia para assegurar a intervenção do Estado e, depois, com a ação planejada iniciada com a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1960, onde o Governo Federal passa a agir no campo, com a elaboração de inúmeras políticas públicas, com o objetivo de expandir as condições técnicas e econômicas para a modernização da agropecuária, entendida como a expansão do capitalismo no campo.

Quando foi realizado o diagnóstico para a elaboração dos planos diretores da SUDENE, a irrigação foi apontada como eixo central de uma política que visava a criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar.

De acordo com Bursztyn (1985), o programa de irrigação objetivava a criação de infraestrutura econômica, produção de alimentos, incentivo à produção familiar, desapropriação de terras possíveis de irrigação, seleção e assentamento dos irrigantes (colonos), assim como o gerenciamento de todo o perímetro sob a responsabilidade do DNOCS. Nesse momento, a função do Estado foi de criar pequenas empresas baseadas no trabalho familiar, bem como o estímulo ao uso de técnicas modernas. Mas, na prática, se mostrou um instrumento de manutenção de poder e, nesse sentido, segundo analisou Diniz (1997), a política de irrigação acabou tornando viável uma verdadeira reforma agrária, na medida em que, na prática, observa-se que o número de famílias expulsas das áreas desapropriadas para a implantação dos Perímetros Irrigados é superior às famílias selecionadas como irrigantes.

Dessa forma, com a criação dos perímetros irrigados, o Estado passa a intervir nesses lugares, produzindo um espaço adequado às necessidades do modo de produção capitalista, tendo o DNOCS como administrador dos bens públicos. É o caso do perímetro irrigado Ayres de Souza.

Baseado neste princípio, este artigo é uma amostra do que estamos discutindo no Mestrado Acadêmico em Geografia, que pretende compreender os processos que causaram o abandono do Perímetro Irrigado Ayres de Souza.

Por meio do confronto teórico-prático, a pesquisa reúne um breve levantamento bibliográfico sobre território, Estado e alguns trabalhos de campo. Através de fotografias, observações empíricas e conversas informais com irrigantes, analisamos a atual situação, que evidencia o abandono do Estado naquele território e os problemas acarretados na área em estudo.

Deste modo, o artigo foi dividido em três seções: a primeira aborda os pressupostos históricos de políticas de intervenção no semiárido nordestino. Em seguida, evidenciam-se os conceitos de território e Estado; e, após, focaliza a área em estudo. Nas considerações finais, apresentamos a atual situação daquele território.

2. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DE POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

A atuação do Estado na região Nordeste foi uma constante em vários momentos da sua história. A seca, tratada como “calamidade” e não como um período característico do clima semiárido, tem assegurado as intervenções estatais nessa região. A seca tem sido usada para justificar e legitimar tais políticas, conforme nos mostram os estudos de inúmeros autores, entre os quais podemos citar Diniz (1997), Maranhão (1984), Bursztyn (1985), Carvalho (1987) e Andrade (1986).

Dessa forma, a cada seca, mecanismos de intervenção do Estado eram criados. Foi assim em 1909, quando foi criada a Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS) que, com a seca de 1919, se transforma em Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS).

Na seca de 1931-32, o IFOCS estabeleceu o Polígono das Secas, através da lei nº 175 de 1936, que seria a área afetada pela seca. Em 1945, foi criado o programa de emergência, abrangendo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, aos quais seriam destinadas verbas para atender esses quatro estados; e, finalmente, o IFOCS se transformam em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

Segundo nos informa Diniz (1997), a atuação do Estado no Nordeste pode ser melhor entendida se dividirmos essa intervenção em dois momentos distintos: antes e depois da ação planejada. Antes da ação

planejada, as ações do Estado serviam apenas para amenizar as consequências da seca, os quais consistiam na abertura de frentes de obras públicas e, posteriormente, pela adoção de políticas de construção de açudes, perfuração de poços, barragens. Eram medidas que consistiam em reservas de água, tomando a forma de proteção hídrica, conhecida como “fase hidráulica”.

Essas políticas de combate à seca, além de instrumentos para a apropriação privada dos recursos públicos, uma vez que os açudes e estradas eram, quase sempre, construídos no interior das grandes fazendas, assegurava a permanência de uma estrutura socioeconômica perversa, baseada numa estrutura fundiária concentrada, o que facilitava a manipulação da população, impondo práticas assistencialistas, clientelistas e de dependência, ficando conhecidas tais políticas e ações como a expressão “indústria das secas”.

Os desvios de recursos destinados às obras contra as secas e a obtenção de favores políticos via clientelismo foram fatores conhecidos, o que deixa claro que, no decorrer da história, os recursos direcionados ao semiárido nordestino foram aplicados de forma a manter inalterada a estrutura socioeconômica e política da região.

Dessa forma, ao estudar a atuação do DNOCS, é importante lembrar as palavras de Oliveira (1985 *apud* DINIZ, 1997) ao falar que

O DNOCS acabou sendo capturado e comandado, política e administrativamente, pelas oligarquias algodoeiro-pecuárias, denominação dada à classe dominante no sertão semiárido nordestino, constituídas por grandes e médios proprietários fundiários. Sua ação restringiu-se apenas ao sertão semiárido, e seu papel, ao longo dos anos, tem sido sustentáculo dessa referida oligarquia.

Conforme reforça Paulino (1992), as práticas políticas do DNOCS não chegaram a atenuar os problemas da seca, o que reforça a ideia de que o DNOCS foi capturado pelas oligarquias nordestinas. Segundo o autor, “o Estado colocou o seu manto protetor sobre as classes dominantes nordestinas” (PAULINO, 1992, p. 64).

Como forma de preservar o poder político e superar os problemas sociais, o governo federal, através da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Seria um órgão independente do governo federal, estadual e lideranças políticas locais; daí o fato de ser indesejada pelas diretrizes nordestinas, que não queriam perder o controle político das verbas destinadas ao Nordeste, portanto, encontrando diversos adversários. Este órgão seria o responsável por administrar os recursos financeiros destinados ao Nordeste.

Na realidade, a SUDENE fazia fortes críticas às ações desenvolvidas pelo DNOCS, que nada tinha resolvido, pois os problemas continuavam persistindo, principalmente com a chamada “solução hidráulica”.

De acordo com Diniz (2002), a proposta de trazer desenvolvimento econômico para o Nordeste foi a forma que o governo federal achou de manter-se no poder. Deixando de defender os interesses das “classes dominantes” para surgir como mediador de conflitos, com objetivo maior de desarticular os movimentos organizados.

Ainda conforme Diniz (1997), a criação da SUDENE não aconteceu por acaso. Em nível nacional, a sedimentação da hegemonia econômica do Centro-Sul industrializado exigia a inclusão econômica do nordeste, por outro lado, existia a pressão das classes populares, principalmente dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas.

Ainda segundo Diniz (1997), no final da década de 60, a SUDENE foi vítima de severas críticas, e suas práticas políticas começaram a ser questionadas. Após o golpe de 64, ela tem sua importância política reduzida, visto que o interesse maior do Estado era satisfazer as vontades da burguesia e dos proprietários de terra. Esse órgão perdeu a substância do planejamento regional e transformou-se em uma agência com objetivos apenas para repassar verbas e executar decisões.

Neste contexto, concordamos com Poulantzas (1985), quando diz que o Estado traduz os interesses das classes dominantes, numa correlação de forças entre as classes e frações de classes. “Em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização”. (POULANTZAS, 1985, p.145).

No início da década de 70, durante o governo militar Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil vivenciava o mais alto crescimento econômico. Foi nesse período que o Governo Federal resolveu adotar nova estratégia para o desenvolvimento regional. Segundo Diniz (1997), essas medidas seriam concentradas em espaços econômicos restritos que fossem susceptíveis ao desenvolvimento e com capacidade de resposta rápida.

Dessa forma, surgiu o Programa de Integração Nacional (1970), com objetivo de projetar o Norte e Nordeste no cenário econômico nacional. Entre seus objetivos estava a implementação dos Perímetros Irrigados e a colonização nos vales úmidos do Nordeste.

O Plano de Irrigação do Nordeste ficou a cargo do DNOCS, como órgão público responsável por sua implantação, assistência financeira e técnica e supervisionado pela SUDENE. Era um projeto audacioso para a época, visto que, acreditava-se, os açudes públicos seriam a base de uma economia promissora e jamais seriam abalados pelos problemas das secas.

De acordo com Portela (2007), para que este projeto de fato se concretizasse, tendo como fundamentação jurídica o Estatuto da Terra, o chamado “programa de valorização hidroagrícola”, houve finalmente a implantação do Perímetro Irrigado, como já mencionado, sob responsabilidade do DNOCS, o qual,

por meio da colonização, pretendia, por meio da desapropriação, dividir as terras irrigadas em lotes iguais e dividi-las entre grupos familiares, que, munidos de modernas técnicas agrícolas e pecuárias, alcançariam notáveis rendimentos financeiros, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico do Nordeste, principal meta do governo do presidente Médici.

Com essa nova forma de intervenção, o governo militar promove o processo de modernização nos vales úmidos do Semiárido. A transformação de agricultores em irrigantes, o uso de técnicas modernas e a necessidade de empréstimos bancários tornaram esses novos atores sociais em pequenos capitalistas, subordinados tanto ao capital financeiro, ao contrair empréstimos no banco, quanto ao capital industrial, já que se tornam dependentes de equipamentos modernos para desenvolver sua produção.

De acordo com Elias (2005, p. 1958), “no Estado do Ceará, a criação dos Perímetros Irrigados funcionou como uma verdadeira vitrine, nas quais eram aplicadas técnicas modernas de plantio, assim como formas mais eficazes de produtividade do trabalho”.

Assim, conforme preconizado por Diniz (1997), no espaço físico dos perímetros irrigados, os irrigantes ficaram sujeitos a duas esferas de poder, quais fosse o DNOCS e as cooperativas, que agiam como se estivessem a serviço dos irrigantes.

Segundo essa autora, o projeto dos perímetros de irrigação visava solucionar duas questões fundamentais: uma política, outra econômica. A política objetivava não fazer a reforma agrária, e a econômica, modernizar a produção agrícola, implantando novas técnicas e novas formas de produzir no campo, o que possibilitou não mexer na estrutura fundiária.

Como vimos, as intervenções do Estado no semiárido nordestino foram constantes em sua história, e, dessas intervenções, surge, como já mencionamos anteriormente, o Perímetro Irrigado Ayres de Souza, no ano de 1974. Diante da construção do PI, segundo as pesquisas realizadas, houve mudanças na organização do espaço, que passa a ser território dos irrigantes. Assim sendo, sentimos a necessidade de entender essas mudanças no interior do Perímetro Irrigado Ayres de Souza (PIAS), mediante as intervenções estatais. Por isso, antes de falar sobre o PIAS, faremos algumas reflexões sobre os conceitos de espaço e território.

3. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESPAÇO, TERRITÓRIO E ESTADO

Para compreendermos as mudanças empreendidas no território do Perímetro Irrigado Ayres de Souza (PIAS), torna-se importante estudarmos as categorias geográficas denominadas espaço e território. Estudá-los é indispensável para a compreensão das questões geográficas e, principalmente, pelas transformações desencadeadas pelo Estado ao longo de sua trajetória no Nordeste brasileiro.

Segundo Santos (*apud* BERNADETE, 2010), o espaço é resultado da transformação da natureza pelo trabalho humano, mediante o uso de técnica, o que explica a possibilidade de compreensão de uma sociedade, em escala-temporais distintas, tendo como suporte o “estado das técnicas”. Dessa forma, compreendermos que as técnicas não se apresentam autônomas são comandadas pela vida social, ou seja, pela política e encontra materialidade no território.

Ao vivenciar o espaço, a vida social acaba por transformá-lo em território. Dessa forma, o território do perímetro irrigado não pode ser analisado apenas como um receptáculo de infraestrutura e relações econômicas, visto que são nesses espaços que acontecem também as relações sociais e de poder entre os diversos atores. Desta forma, reforçamos o pensamento de Raffestin (1993), ao afirmar que o território se forma do espaço:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Nesse contexto, compreende-se que a produção do espaço ocorre sob uma base territorial. No entanto, o território é distinto de espaço, e, para compreendê-lo, temos que ligá-lo à ideia de poder, conforme deixa claro Andrade (1995):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995, p. 19).

Para Souza (2012, p. 78), o território “é um espaço definido e delimitado *por e a partir* de relações de poder”. Ainda para este autor, o “território surge na atual Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social” (SOUZA, 2012, p.84). Esse grupo social é o Estado e o Capital Financeiro.

Dessa forma, pensar na formação do território é pensar na atuação do Estado e na forma como estes espaços foram apropriados pelos irrigantes dominados pelo Estado.

Quanto à atuação do Estado capitalista, Poulantzas (1985) deixa claro que o Estado não está a serviço das classes dominantes, não é por ele monopolizado, mas na prática, traduz seus interesses, age como

mediador de conflitos entre dominantes e dominados, procurando sempre desarticular e manipular os dominados. Nesse caso, o Estado apresenta-se como

uma ossatura material própria, que não pode, de maneira alguma, ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e, por consequência, temível, não se esgota no poder do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por ele monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1985, p. 17).

O autor nos leva a refletir que onde há divisão de classes, há também luta e poder, e consequentemente, o Estado ali está inserido, pois o mesmo tem um papel constitutivo na luta de classes, o que marca sua presença nas relações de produção.

Nesse caso, concordamos com Maranhão (1984, p. 84), ao afirmar que o Estado tem um duplo papel, é instrumento de classe e mediador de conflitos sociais:

O Estado é fundamentalmente uma relação social de dominação, na medida em que fundamenta e organiza essas relações de dominação através de instituições que habitualmente gozam do monopólio dos instrumentos de coerção, dentro de um território definido, garantindo um sistema que articula de modo desigual um direito aos componentes da sociedade civil, se revela em sua face de instrumento de classes. No entanto, na medida em que essas instituições do Estado são vistas como tendo um direito legítimo para garantir o sistema de comoção nacional, o estado aparece como mediador de conflitos sociais.

Reforçamos esta ideia com base no pensamento de Diniz (1997, p.17-18) ao afirmar que

sob esse aspecto, o Estado não espelha exclusivamente os interesses dos grupos dominantes, mas intermedia, através de suas ações, as relações com as classes sociais e com as lutas de classe. Assim, cumpre o seu papel de mediar o conflito entre as frações dominantes e dominadas, especialmente em suas tentativas para dividir e desorganizar as massas dominadas.

Esta postura nos leva a entender que, nas suas formas de intervenção, privilegia, objetivamente, os interesses das classes sociais dominantes, ao mesmo tempo em que procura demonstrar que se coloca acima desses interesses na medida em que proclama servir à sociedade, como podemos ver a seguir.

4. PERÍMETRO IRRIGADO AYRES DE SOUZA: EVIDÊNCIAS DO ABANDONO

O Perímetro Irrigado Ayres de Souza está situado no distrito de Jaibaras, zona rural do município de Sobral, Ceará, localizado na margem esquerda e direita do Rio Jaibaras, um dos principais afluentes do Rio Acaraú. As vias de acesso são duas: uma, é feito pela Rodovia Federal BR- 222 e entrando logo em seguida pela Rodovia Estadual CE-168 e outra pela BR-222, em direção ao distrito de Aprazível (v. figura 01).

Segundo Portela (2007), a desapropriação da Vila São Vicente caracterizou-se pela retirada daquele espaço de 267 famílias, entre proprietários e agregados. A população total era de 1.468 habitantes, residindo em propriedades com tamanho médio de 66,5 hectares, que, de uma hora para outra, viram suas casas, plantações e uma vila inteira sendo demolida.

O projeto do governo objetivava adequar a produção ao mercado capitalista, não levando em consideração a situação das famílias que ali residiam.

Segundo Portela (2007), no espaço onde hoje se situa o Perímetro Irrigado Ayres de Souza, existiam 144 propriedades. Destas, apenas 4,2% eram inexploradas, 72,9% eram exploradas pelos seus respectivos proprietários, sendo os 22,9% restantes utilizadas em parcerias, por arrendamento e formas conjunto. Ainda segundo o autor, dentre as referidas propriedades, 95,8% eram produtivas.

No que se refere à produção agrícola, o autor reforça, ainda, que 60% era de origem animal, e 40% de origem vegetal. Desta, 37% era proveniente do consórcio milho-feijão ou algodão-milho-feijão, 20% capim, 12% coco, 14% banana e 17% outras culturas.

Não podemos nos esquecer de que, nestes espaços, existiam o criatório também de animais, como bovinos, equinos, suínos, galináceos etc.

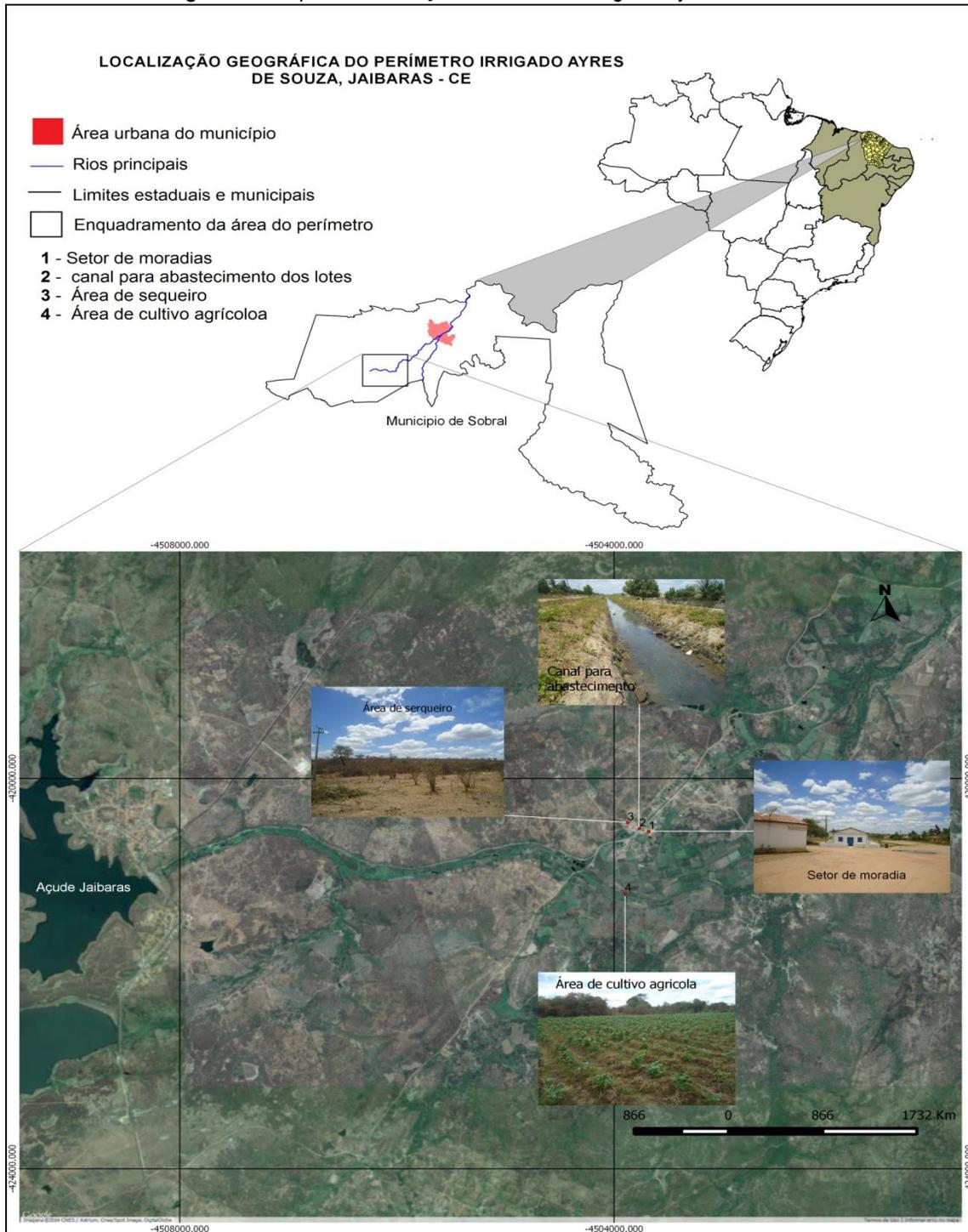
Estas informações reforçam a ideia de que a desapropriação foi feita de forma arbitrária, sem levar em consideração as vivências dos atores sociais envolvidos, nem tão pouco esclarecendo de como seria a implantação do perímetro, os reais motivos deste empreendimento.

De 1969 a 1976, foi o período em que ocorreu todo o processo de desapropriação e entre os anos de 1973 e 1975, a água que irrigava os sítios, que vinha do açude Ayres de Souza, pelos canais, foi suspensa, com o objetivo de que as plantações existentes naquele espaço morressem e, assim, se pudesse iniciar a construção do Perímetro.

Dessa forma, tem início no ano de 1974 o Perímetro Irrigado Ayres de Souza, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Sua conclusão ocorreu em 1978. Os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum foram iniciados no ano de 1977, o qual proporcionou mudanças econômicas, sociais e ambientais, e alteraram as relações de trabalho entre

agricultores e irrigantes e a convivência entre moradores, visitantes e Estado. São novos hábitos e costumes, novas práticas sociais que deram origem a novas territorialidades, como também geraram inúmeros problemas, como veremos adiante.

Figura 01: Mapa de localização do Perímetro Irrigado Ayres de Souza.



Fonte: Autoras.

Conforme se vê na tabela abaixo, o Perímetro Irrigado Ayres de Souza foi assim dividido:

Tabela 01: Dados gerais do Perímetro Irrigado Ayres de Souza.

ÁREA	
Área Desapropriada	8.942,80 ha
Área de Sequeiro	7.784,80 ha
Área Irrigável	1.158,00 ha
A Implantar	543,00 ha
Implantada	615,00 ha
Com produtor	192,00 ha

CATEGORIA DE IRRIGANTE	ÁREA MÉDIA (ha)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (ha)
Pequeno Produtor	4,26	45	192,00
Técnico Agrícola	-	-	-
Eng ^o Agrônomo	-	-	-
Empresa	-	-	-
Total		45	192,00

Fonte: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRA CONTRA AS SECAS- DNOCS. Disponível em www.dnocs.gov.br/~dnocs/.../perimetros_irrigados/ce/ayres_de_souza.ht.

A partir desta tabela, percebemos que a área desapropriada era relativamente extensa, atingindo a Vila de São Vicente e povoados circunvizinhos, causando mudanças bruscas na vida de centenas de habitantes.

Ao serem notificados da desapropriação, muitos deles abandonaram suas casas e terras. Outros resistiram recorrendo à justiça. Houve aqueles que receberam uma insignificante indenização, enquanto outros, jamais a receberam e, de uma hora para outra, foram obrigados a deixar aqueles espaços.

Com a conclusão do perímetro, o mesmo foi dividido em seis setores distintos, três na margem direita do rio, e três na margem esquerda, de acordo com o tipo de solo e cultura a ser desenvolvida.

O Perímetro Irrigado Ayres de Souza teria uma estrutura financeira e administrativa em comum com o de Forquilha. A equipe seria formada por um diretor de projeto, dois engenheiros agrônomos e um contador. Haveria, ainda, o serviço de extensão e assistência agrícola, encarregado com a manutenção e funcionamento das redes, gestão do parque de tratores e assistência dos agricultores.

De acordo com Portela (2007), no perímetro estava prevista a divisão em “explorações familiares”, os quais assegurariam “pleno emprego” de uma família com dois trabalhadores ativos, participação eventual de parentes e de mão-de-obra assalariada, caso necessitasse.

Quanto à produção, seria independente das condições climáticas, já que contariam com as águas do açude Ayres de Souza, o que permitira melhor produtividade na estação seca, o que, conseqüentemente, poderia alojar uma quantidade maior de agricultores, evitando conflitos sociais.

Com relação à seleção dos irrigantes, Portela (2007) afirma que deveria atender alguns requisitos: ter a agropecuária como atividade exclusiva, idoneidade comprovada, ser chefe de família, ter idade entre 19 e 60 anos, e ter condições físicas e mentais que o tornem apto ao trabalho.

Com o Perímetro Irrigado Ayres de Souza, não foi diferente, visto que, em conversa informal com moradores antigos, os mesmos relataram os requisitos para serem selecionados pelo DNOCS, além das exigências que os mesmos deveriam seguir, desde a capacidade administrativa até o comportamento moral.

Nesse contexto, concordamos como Diniz (1997), quando afirma que a criação dos Perímetros Irrigados produziu um espaço adequado às necessidades do modo de produção capitalista, ao tornar viável a transformação da renda da terra em capital, pois os irrigantes, ao serem selecionados, utilizavam de técnicas modernas, materializado sob a forma de máquinas, adubos, sementes selecionadas etc., os quais produziam diversas culturas, mesmo contando com uma mão-de-obra não qualificada.

Sem adentrarmos neste debate teórico, nos limitamos a expor os grandes problemas por que vêm passando aquele território, pois, desde 1992, o Estado, através do DNOCS, deixou de agir nesses espaços, causando não só o abandono das suas plantações, como também a falta de recursos para a manutenção dos canais (v. figuras 02 e 03).

Figura 02. Área Irrigável abandonada.



Fonte: Maria Erileuda Brito Teixeira (Agosto-2013)

Figura 03: Retirada de entulhos do canal de adução pelos irrigantes.



Fonte: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)-2013

Outras dificuldades enfrentadas referem-se ao Rio Jaibaras, fonte hídrica que abastece o perímetro. Em virtude da seca que assola a região, verifica-se a diminuição drástica de suas lâminas de água, fator este que justifica sua liberação apenas duas vezes por semana, ocasionando sérias divergências entre os irrigantes.

Outro fator relevante diz respeito à forma de irrigação, pois a mesma dá-se por aspersão, o que acarreta não só a lixiviação do solo, como também o enfraquecimento do mesmo, além de muitos colonos serem totalmente desprovidos de sistema de irrigação: motor, canos para aspersão etc.

Outro problema existente é com relação às águas que chegam ao perímetro. São bastante contaminadas, em função do criatório de peixes em cativeiro, pois, além das fezes, são lançadas rações. Isso contribui para agravar os problemas socioeconômicos da região.

Em relação ao crédito agrícola, para ter direito, os colonos têm que estar sem dívida com o banco, já que estes empréstimos são conseguidos através da Cooperativa, a Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Ayres de Souza (AUDIPAS). Devido às secas, os irrigantes não tiveram condições de quitar suas dívidas, ficando, os mesmos, impossibilitados de contraírem novos empréstimos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado neste artigo, as políticas públicas preconizadas pelo Estado serviam, unicamente, para aqueles que detinham o poder econômico, a chamada “classe dominante”, a qual era beneficiada com toda infraestrutura proporcionada pelo Estado, deixando os pequenos agricultores camponeses, configurados como a classe “dominada”, submissos e passivos diante dos dominantes.

Nota-se, ainda, que o Perímetro Irrigado Ayres de Souza vem passando, nas últimas décadas, por diversos problemas socioeconômicos. Desde o período de desapropriação da Vila São Vicente até os dias atuais, as mudanças introduzidas pelo Estado via DNOCS só serviram para legitimar o poder existente.

Todavia, os irrigantes encontram dificuldades na sua produção, desde o momento em que o Estado deixou de intervir naquele território, os irrigantes ficaram desprovidos de recursos técnicos e financeiros para produção. Associados a estes fatores, temos ainda o controle da produção pela cooperativa, visto que os colonos, ao produzirem, ficam subordinados ao DNOCS.

Dessa forma, seriam necessárias novas intervenções que dessem condições ao irrigante de desenvolver sua agricultura sustentável, o que geraria mais renda e inclusão social, fixando o homem no campo, apontando alternativas de desenvolvimento, e diminuindo o êxodo rural.

A partir desta análise, conclui-se que o Perímetro Irrigado necessita de ações que fortaleçam o pequeno produtor, que promovam melhorias na sua condição de vida, que os mesmos possam contar com recursos técnicos e financeiros para desenvolver economicamente aquele território, permitindo uma maior equidade social, política e econômica.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a CAPES pela concessão da bolsa de financiamento à pesquisa, sem a qual não teríamos disposto de condições financeiras para idas a campo, coleta de dados e aquisições de materiais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; ELIAS, Denise. **Reestruturação Produtiva da Agricultura e a Nova Dinâmica do Mercado de Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe (CE)**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de Março de 2005.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Açude Público Aires de Souza: Projeto de Irrigação**. TOMO I-Dossiê Geral. Relatório de Síntese A. Fortaleza: 1972.

CÔRREA, Roberto Lobato. “Espaço: Um conceito chave da Geografia”. In; CASTRO, Iná Elias de e outros (Org.). **Geografia conceitos e termos**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

DINIZ, Aldiva Sales. **Território Controlado - Território Re(criado). Os laços e rupturas das relações Estado e Irrigante.** Dissertação de Mestrado, Recife, 1997.

DINIZ, Aldiva Sales. "A construção dos Perímetros Irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão". In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.) **Modernização Excludente: Paradigmas da Agricultura.** Coletânea de textos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs.). **Modernização Excludente.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

FREITAS, Bernadete Maria Côelho. **Marcas da Modernização da Agricultura no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: Uma Face da Atual Reestruturação Socioespacial do Ceará.** Dissertação de Mestrado, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAULINO, Francisco, Souto. **Nordeste, poder e subdesenvolvimento sustentado discurso e prática.** Fortaleza: Edições UFC, 1992.

PORTELA, Francisco Cleuton da Ponte. **Adeus terra querida onde viu eu e [meu] pai nascer (sic.) Memórias dos moradores da extinta vila São Vicente no Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza. Sobral, Ceará.** Monografia de Graduação. 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SILVIO, Maranhão. "Estado e Planejamento regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro". In: SILVIO, Maranhão (Org.) **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento". In: **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995, p.77-116.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRA CONTRA AS SECAS- DNOCS. Disponível em www.dnocs.gov.br/~dnocs/.../perimetros_irrigados/ce/ayres_de_souza.ht. Acesso em 05 de Fevereiro de 2015.